

SEGURANÇA NACIONAL: A VIDA VALE MUITO POUCO NO BRASIL - RELAÇÃO ENTRE POLÍCIA, FAMÍLIA, EDUCAÇÃO E SUAS INFLUÊNCIAS

Giulia Maria Raimundo de Souza*

Este trabalho aborda pesquisas e dados sobre uma questão pública. Na última década, a questão de segurança pública tornou-se o segundo maior problema que aflige os brasileiros. O aumento das taxas de criminalidade, degradação do espaço público, rebeliões, violência policial, entre tantos outros empecilhos ganhou enorme visibilidade pública e estão presentes nos debates entre especialistas e no cotidiano da população.

Acompanhamos nos noticiários o caos que vivenciamos na rua, no ônibus, na agência bancária, em qualquer lugar, pois não estamos livres dos ataques e da violência que nos cerca todos os dias. Será que o investimento em armamentos e investigações criminais, não é eficiente? E a quantidade de agentes militares e civis nas ruas e penitenciárias, não é suficiente para minimizar estes impasses? Dentre essas e diversas outras questões, onde está o nosso direito à segurança pública de verdade?

Cerca de R\$ 207,2 bilhões foram os gastos consequentes da violência no Brasil em 2011. Apenas com segurança pública e prisões, estima-se R\$ 51,55 bilhões (1,24% do PIB) em 2012. Segundo o especialista,

A condição da segurança brasileira é incompatível com o atual nível de desenvolvimento democrático do país e como política que deve ser regida de forma cada vez mais inclusiva e integrada, não podendo ser prerrogativa exclusiva de organizações específicas ou objeto de ações fragmentadas (LIMA, 2013).

* Discente de Direito do Associação Caruaruense de Ensino Superior (Faculdade ASCES), Caruaru (PE), Brasil.

A formação da polícia brasileira desde o período colonial é baseada na preparação para guerra contra inimigos internos e não para proteção. Essas práticas repressivas foram herdadas também da ditadura na gestão de segurança pública. Até meados dos anos 2000, os policiais militares recebiam aulas de tortura, não de defesa pessoal, mas sobre como bater. Além, da falha na formação, para tornar-se soldado é preciso se submeter a uma prova de concurso público e ter no mínimo o ensino médio completo. Entretanto, intelectualidade não significa preparação física, psicológica e resistência.

O lugar ideal para a preparação destes futuros super-heróis seria os batalhões das forças armadas do exército brasileiro, onde passariam por intensos testes de resistência física e de caráter psíquico e psicológico por um tempo determinado, suficiente para exercerem a profissão de uma forma digna e legal. Dessa forma, evitaria a existência de cidadãos que não têm objetivo na vida e, em alguns casos apenas por interesse financeiro e admiração a profissão, tornam-se agentes e denegam a imagem da polícia brasileira.

Todo jovem do sexo masculino é obrigado a se alistar no exército brasileiro aos 18 anos, mesmo sem a intenção de torna-se um soldado. O ingresso é seguido de etapas classificatórias e eliminatórias que exigem o básico de conhecimento em português e matemática, aptidão física e testes psicológicos. Nem todos os jovens que pretendem defender a pátria conseguem se classificar, mesmo fazendo jus a todos os requisitos exigidos, pois grande parte das vagas é ocupada por filhos de coronéis, tenentes, capitães, para realizar o sonho do seu pai. E outros desistem, quando sabem que podem ser humilhados e torturados por outros soldados que se aproveitam dos recrutas.

Diante desses registros, compreende-se que a minoria desses soldados estará essencialmente qualificada e irá ser a proteção e segurança que o Brasil precisa. Entretanto, “segurança é muito mais do que polícia” (LIMA, 2013), para garanti-la é necessária a participação da sociedade, direta e indiretamente. Começando pelos exemplos de casa, da escola, e dos meios que podem interferir nas atitudes de uma criança, que as levam a ser violenta e ou cometer crimes na adolescência.

Desde cedo, as crianças adotam hábitos que podem influenciar na construção do seu caráter e no próprio futuro. A família é o principal instrumento na formação de um pequeno indivíduo, os primeiros costumes, os ensinamentos do que é certo

e do que é errado, parte inicialmente do meio familiar. Brigas frequentes entre os pais, novelas, desenhos, mesmo que infantis, podem prejudicar o desenvolvimento e afetar o psicológico da criança, induzindo-a a cometer os mesmos atos violentos e de baixo teor moral.

No âmbito escolar as crianças aprendem a organizar os seus conceitos, lidam com regras de comportamento e mais tarde, compreendem seus deveres e direitos, estudando superficialmente a disciplina de direitos humanos. A escola tem papel fundamental na vida de um jovem. Está registrado na lei de nº 12.796, que entrou em vigor em abril de 2013, no Art. 6º: “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade” (BRASIL, 2013).

Tendo em vista a realidade do nosso país, esta lei é cumprida, em grande parte, apenas pelas classes alta e média, onde os pais têm condições de sustentar seus filhos e sua carreira escolar. Enquanto, os filhos de classe baixa procuram emprego e uma maneira mais fácil de obter dinheiro para se sustentar, sendo assim, estão mais vulneráveis a vida de crimes. Parte destes jovens é outra realidade do Brasil, o preconceito e a discriminação.

Diariamente jovens negros são vítimas da polícia e da sociedade, cerca de 77% dos jovens assassinados no país por ano são negros. Estes números são reflexo de uma cultura violenta, de uma política de criminalização da pobreza e de uma indiferença da sociedade em torno de um genocídio silencioso. E apenas 5 a 8% desses casos viram processo criminal, os demais, geralmente ficam impunes e são esquecidos. Ou seja, no Brasil, matar tornou-se um crime sem importância. Ressaltando que se trata de cidadãos de família pobre que não podem pagar um advogado ou não sabem que têm o direito de cobrar justiça.

A polícia militar não reconhece na população pobre uma cidadania titular de direitos fundamentais; culturalmente a sociedade brasileira também constrói uma visão estereotipada sobre a população, logo, um garoto que mora na periferia que é bandido para a polícia, vê o guarda como um cidadão qualquer, que não respeita e não merece ser respeitado. Sendo assim, vale acrescentar que o número de policiais assassinados no Brasil é relevante, cerca de 500 são mortos por ano.

A responsabilidade pela segurança pública não está nas mãos da polícia ou

apenas do governo, a luta contra crimes faz parte também da cultura e da educação que o país exerce. O governo brasileiro lança diversos programas de conscientização e para redução dos casos de homicídios, porém na troca de governos, não têm continuidade. Alguns deles são de uma eficácia surpreendente, por exemplo, Pacto Pela Vida (projeto do governo pernambucano) que reduziu os homicídios em quase 60% em sete anos.

Às vezes, o governo limita-se a comprar viaturas e oferecer um treinamento barato aos policiais, isso não é segurança. Por outro lado, há um número de policiais insuficientes para registrar crimes na região onde trabalham, delegacias sem estrutura, superlotação nas penitenciárias e o número crescente de marginais dominando a nossa liberdade. Há falha, também, de transparência na divulgação de dados que dificultam a criação de um projeto nacional de segurança e de qualquer outro planejamento.

Além de estarmos cientes do aumento da taxa de criminalidade, assusta-nos a preparação; o armamento; a estratégia; a organização e todo o esquema planejado pelos delinquentes na hora do crime. Acontece casos de cidadãos aproveitarem o treinamento da polícia, ao final desistem da carreira ou mesmo fardados tornarem-se marginais. O aumento dessas taxas muda a rotina dos brasileiros que passam a mudar os seus hábitos, o horário de chegar em casa ou ir ao banco, onde estacionar o carro, um lugar seguro para levar sua família, entre outros costumes que precisam adaptar para ter o máximo de sossego e manter-se longe de atrocidades.

Existem inúmeros motivos que contribuem com a desordem e desigualdade social, conseqüentemente distorcem os princípios comuns da sociedade, que resultam na atual realidade do Brasil. As soluções devem ir além da capacidade de o Estado em gerir a violência. As instituições públicas dependem da sociedade civil, junto com o conjunto de gestores público (juizes, promotores e burocratas da administração pública) devem enfrentar os altos índices de violência transformando a preocupação e o debate nacional sobre essa questão em um real controle sobre as políticas de segurança pública. Pois esta é uma relação de reciprocidade, com a contribuição de todos poderemos mudar nossa realidade.

REFERÊNCIAS

BENITES, A. Brasil, um país sem uma política de segurança pública. **El País**, 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/26/politica/1409006289_962975.html>.

BRASIL, A. Jovem Negro Vivo. **Anistia Internacional Brasil**, 2012. Disponível em: <https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/>>.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 12.796, 4 de abril de 2013. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 abr. 2013, seção 1, p. 1.

LIMA, R. Brasil gasta muito e mal com a segurança pública. **Jusbrasil**, 2013. Disponível em: <<http://amp-mg.jusbrasil.com.br/noticias/100211133/brasil-gasta-muito-e-mal-com-a-seguranca-publica>>.

Recebido em: 21 de julho de 2016

Aceito em: 23 de janeiro de 2017